

Decreto n.º 52/05:

Define e regulamenta a protecção na maternidade. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente diploma, nomeadamente, os Decretos n.ºs 39-F/92 e 16/01, de 28 de Agosto e de 14 de Abril, respectivamente.

Resolução n.º 38/05:

Aprova o Protocolo da SADC contra a corrupção.

Ministério dos Correios e Telecomunicações

Despacho n.º 176/05:

Constitui o júri para realização do concurso público para admissão e acesso ao quadro de pessoal do Ministério dos Correios e Telecomunicações.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 48/05

de 8 de Agosto

Considerando que a República de Angola, enquanto membro da Organização Marítima Internacional, obriga-se ao cumprimento das normas e regulamentos adoptados por aquele órgão e introduzido no seu direito interno;

Atendendo que, em Dezembro de 2002, realizou-se em Londres a Conferência dos Governos Contratantes da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, que tratou e introduziu as alterações substanciais dando lugar ao Código Internacional de Segurança de Navios e das Instalações Portuárias (Código ISPS).

Nestes termos, ao abrigo das disposições combinadas da alínea f) do artigo 112.º e do artigo 113.º, ambos da Lei Constitucional, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º — É criado o Comité Nacional para Aplicação do Código Internacional de Segurança de Navios e das Instalações Portuárias, adiante designado por CN-ISPS.

Art. 2.º — O Comité Nacional para Aplicação do Código Internacional de Segurança de Navios e das Instruções Portuárias CN-ISPS é um órgão interministerial coordenado pela Direcção Nacional da Marinha Mercante e Portos, dele fazendo parte as seguintes estruturas:

- a) Direcção Nacional das Alfândegas;
- b) Direcção Nacional da Saúde Pública;
- c) Comando Nacional da Polícia Fiscal;
- d) Serviços de Bombeiros;
- e) Marinha de Guerra de Angola;
- f) Força Aérea Nacional;
- g) Serviços de Informações (SINFO);
- h) Serviços de Migração e Estrangeiros;
- i) Serviço Nacional de Fiscalização Pesqueira e da Aquicultura.

Art. 3.º — No âmbito da implementação do Código ISPS, compete ao Comité Nacional para Aplicação do Código Internacional de Segurança de Navios e das Instalações Portuárias CN-ISPS:

- a) criar as condições para a implementação dos níveis de segurança 1, 2 e 3 das emendas da Convenção Solas e do Código ISPS da IMO e estabelecer os níveis de segurança aplicáveis aos navios e portos nacionais;
- b) organizar e realizar sessões de sensibilização a levar a cabo;
- c) avaliar o estado de preparação do País, para a implementação do Código ISPS;
- d) identificar os riscos e ameaças contra a segurança dos navios e das instalações portuárias;
- e) inventariar os métodos e meios de eliminar esses riscos e ameaças;
- f) pôr em prática os procedimentos necessários.

Art. 4.º — Os meios financeiros destinados à organização e ao funcionamento do Comité Nacional para Aplicação do Código Internacional de Segurança de Navios e das Instalações Portuárias CN-ISPS são garantidos pelas contribuições das empresas portuárias e do Conselho Nacional de Carregadores, a inscrever nos seus respectivos orçamentos anuais.

Art. 5.º — O Comité Nacional para Aplicação do Código Internacional de Segurança de Navios e das Instalações Portuárias CN-ISPS deve, no prazo de 60 dias a contar da data da publicação do presente diploma, criar as condições estruturais e materiais para aplicação das normas constantes do Código Internacional de Segurança de Navios e de Instalações Portuárias e do seu regulamento interno.

Art. 6.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente diploma são resolvidas por decreto-executivo do Ministro dos Transportes.

Art. 7.º — O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 27 de Abril de 2005.

Publique-se.

O Primeiro Ministro, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

Promulgado aos 14 de Julho de 2005.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.